

Domingo, 21 de Junho de 2026

Condenado no STF, Bolsonaro é alvo de outras investigações no tribunal

VEJA LISTA

g1

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a reabertura do inquérito que investiga se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou interferir na Polícia Federal.

A decisão atende a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que quer cruzar dados desse caso com outras apurações, principalmente sobre ataques ao sistema eleitoral e à democracia com uso de desinformação.

A PGR quer cruzar dados com um inquérito que apura uma organização criminosa suspeita de usar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para espalhar desinformação contra o sistema eleitoral e instituições democráticas.

Bolsonaro também é alvo de outras investigações no STF, incluindo a que trata da tentativa de golpe de Estado, caso em que já foi condenado.

Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão pela tentativa de golpe de Estado em 2022. Ele foi considerado culpado por cinco crimes:

- * golpe de Estado;
- * abolição violenta do Estado Democrático de Direito;
- * dano qualificado;
- * deterioração de patrimônio tombado; e
- * organização criminosa.

A decisão está na fase de elaboração do acórdão — documento que oficializa o julgamento. Depois da publicação, a defesa poderá apresentar recurso.

Relembre as investigações contra o ex-presidente que tramitam no Supremo:

Interferência na Polícia Federal

O inquérito foi aberto em 2020, a pedido da Procuradoria-Geral da República, após denúncias do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro.

Moro disse que Bolsonaro pressionou pela troca do superintendente da PF no Rio de Janeiro e exonerou o diretor-geral da corporação, Mauricio Valeixo, indicado por ele.

Bolsonaro negou irregularidades e afirmou que a troca de Valeixo ocorreu "por falta de interlocução".

Em 2022, a PF concluiu que não houve crime. A PGR então pediu o arquivamento do caso.



Sergio Moro conversa com Bolsonaro durante intervalo do debate na Globo — Foto: Stephanie Rodrigues/gl

Atuação contra processo da trama golpista

Em maio, o STF autorizou investigação contra o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por ações contra autoridades brasileiras nos Estados Unidos. Em julho, Jair Bolsonaro foi incluído no inquérito.

A PGR afirma que os dois tentaram convencer os Estados Unidos a aplicar sanções ao Brasil e a autoridades brasileiras. A intenção seria interferir no julgamento da tentativa de golpe de 2022, em que Bolsonaro foi condenado em setembro.

No âmbito dessa investigação, o ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão domiciliar do ex-presidente, além de medidas restritivas. Eduardo Bolsonaro foi denunciado pela PGR. A situação de Jair Bolsonaro está em análise.

No fim de setembro, a defesa de Bolsonaro pediu o fim da prisão domiciliar e das restrições. Alegou que, como ele não foi denunciado, as medidas não se justificam. Moraes negou o pedido.

Negociação das joias sauditas

Em 2024, Bolsonaro foi indiciado pela PF por suspeita de ficar indevidamente com joias milionárias recebidas do governo da Arábia Saudita. A polícia apontou indícios de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

As joias foram recebidas durante o mandato e não foram registradas como patrimônio público, como exige a lei.

Segundo as investigações, parte das joias foi negociada nos Estados Unidos. Depois que o caso se tornou público, aliados de Bolsonaro tentaram recomprar os itens e devolvê-los ao governo.

Entre os presentes estão um relógio Rolex de ouro branco, anel, abotoaduras e um rosário islâmico.

ARQUIVO:

PRESENTE OFERTADO PELO PRÍNCIPE
ABDULAZIZ BIN SALMAN AL SAUD
MINISTRO DE GOVERNO DA ARÁBIA
SAUDITA



Jóias dadas de presente por autoridades sauditas a comitiva brasileira e que ficaram com Bolsonaro | Foto: Arquivo pessoal

Abin Paralela

Em junho de 2025, a Polícia Federal finalizou a investigação sobre um esquema de espionagem ilegal dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), durante o governo Bolsonaro.

A PF aponta que policiais e servidores da Abin formaram uma organização criminosa para espionar autoridades e cidadãos, invadindo celulares e computadores. Segundo as investigações, Jair Bolsonaro tinha conhecimento do esquema e se beneficiou da espionagem, mas não foi indiciado pela PF.

A PF deixou para a PGR decidir se ele deve responder por organização criminosa — crime pelo qual já foi condenado no caso da tentativa de golpe.

Incitação ao 8 de janeiro

Bolsonaro também foi incluído nas apurações dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando seus apoiadores invadiram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Investigadores apontam que uma postagem feita por Bolsonaro em 11 de janeiro o liga aos atos ilegais. Ele compartilhou um vídeo que questionava, sem provas, o sistema eleitoral. A publicação foi vista como possível incentivo às invasões.

Em depoimento, Bolsonaro afirmou que compartilhou o vídeo por engano e que queria apenas salvá-lo para assistir depois.



Criminosos ocupam a Praça dos Três Poderes em meio à fumaça, reprimidos pela polícia em Brasília | Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

Desinformação sobre vacina da Covid

Em 2022, a PF concluiu que Bolsonaro incitou o crime ao associar, sem provas, a vacina contra a Covid-10 ao risco de desenvolver AIDS.

A afirmação é falsa. A Anvisa e outras autoridades de saúde reforçam que vacinas não causam doenças — elas protegem contra infecções. Bolsonaro fez essa associação em uma live nas redes sociais, ainda na presidência.

Segundo a PF, a fala de Bolsonaro pode ter levado pessoas a ignorar normas sanitárias, como a vacinação. A PGR se posicionou contra o indiciamento. O caso segue em análise no STF.

Vazamento de informações sigilosas

Em 2022, a PF apontou crime em uma live em que Bolsonaro divulgou dados sigilosos de uma investigação.

Na live de agosto de 2021, Bolsonaro citou um relatório da PF sobre um ataque ao sistema do TSE em 2018. O tribunal afirma que o episódio não comprometeu as eleições. Mesmo assim, Bolsonaro usou os dados para questionar, sem provas, a segurança das urnas.

A PGR pediu o arquivamento, mas Moraes manteve o caso aberto. A defesa também tentou encerrar o processo, mas o STF negou.



Bolsonaro com uma caixa de cloroquina, medicamento sem eficácia comprovada contra a Covid, em foto de setembro de 2020.. — Foto: REUTERS/Adriano Machado

Conclusões da CPI da Covid

Em setembro, o ministro Flávio Dino autorizou investigação sobre as conclusões da CPI da Covid sobre as ações da gestão Bolsonaro contra a pandemia.

O relatório da CPI, de 2021, recomendou o indiciamento de Bolsonaro por prevaricação, charlatanismo, descumprimento de normas sanitárias e uso irregular de verbas públicas. Aliados e ex-ministros também foram citados. A PF tem 60 dias para investigar o caso.